

Subaltern Studies: considerações teórico-metodológicas e crítica ao viés pós-estruturalista

Subaltern Studies: Theoretical and Methodological Considerations and a Critique of the Post-Structuralist Bias

Leandro Galastri*

Resumo

Este artigo apresenta uma discussão sobre o significado do conceito gramsciano de classes e grupos subalternos e sua utilização pelos pesquisadores indianos dos Subaltern Studies Ranajit Guha e Gayatri C. Spivak. Primeiro elaboro uma síntese dos significados do conceito de Antonio Gramsci em sua formulação marxista original; na sequência, apresento as formas de assimilação desse conceito pelo historiador indiano Ranajit Guha, no âmbito de sua proposta original para os Subaltern Studies, e a virada pós-estruturalista empreendida pela crítica literária Gayatri C. Spivak tanto na direção dos Subaltern Studies quanto no significado do conceito de grupos subalternos. Por fim, concluo que a aplicação do conceito por Ranajit Guha demonstra maior fidelidade epistemológica à matriz do pensamento gramsciano, enquanto Spivak dilui aquele conceito em pressupostos pós-modernos que o esvaziam de seu significado político original.

Palavras-chave: Subaltern Studies; Antonio Gramsci; Ranajit Guha; Gayatri Spivak; Índia

Abstract

This article presents a discussion on the meaning of the Gramscian concept of subaltern classes and groups and its use by Indian Subaltern Studies researchers Ranajit Guha and Gayatri C. Spivak. First, I elaborate a synthesis of the meanings of Antonio Gramsci's concept in its original Marxist formulation; subsequently, I present the ways in which this concept was assimilated by the Indian historian Ranajit Guha, within the scope of his original proposal for Subaltern Studies, and the post-structuralist turn undertaken by literary critic Gayatri C. Spivak, both in the direction of Subaltern Studies and in the meaning of the concept of subaltern groups. Finally, I conclude that Ranajit Guha's application of the concept demonstrates greater epistemological fidelity to the matrix of Gramscian thought, while Spivak dilutes that concept in postmodern assumptions that empty it of its original political meaning.

Keywords: Subaltern Studies; Antonio Gramsci; Ranajit Guha; Gayatri Spivak; India

* Professor de Ciência Política da Unesp-Marília. Contato: leandro.galastri@unesp.br

Apresentação

O texto abaixo é resultado final de pesquisa em que articulo considerações metodológicas a respeito dos Subaltern Studies¹ indianos com a crítica teórica de seu viés pós-estruturalista. Primeiramente, faço uma síntese de algumas formas centrais de se ler a categoria de subalternos em Gramsci para, em seguida, apresentar a discussão propriamente dita entre os Subaltern Studies liderados pelo historiador marxista indiano Ranajit Guha e a crítica pós-estruturalista a seus resultados empreendida pela teórica indiana Gayatri Chakravorty Spivak. Concluo que tal crítica pós-estruturalista, ainda que reivindique o conceito de grupos subalternos, difere marcadamente dos fundamentos epistemológicos do conceito gramsciano, embora não apresente com clareza que tipo de reivindicação teórica é feita de Gramsci.

1. O termo "subalternos" e seus significados

Considerando as classes sociais como conceito relacionado ao de grupos subalternos, Liguori adverte que não devemos perder a base estrutural, material da ação dos sujeitos em sociedade e a divisão deste em classes sociais, mas sugere que se deva valorizar o fato de que, no “par ‘hegemônicos’ / ‘subalternos’”, Gramsci oferece categorias mais abrangentes que as marxianas clássicas de “burguesia / proletariado”. (Liguori, 2017, p. 24) Para o autor, a subjetividade e a posição social, elemento cultural ideológico e elemento estrutural, estão mais bem articulados por aquele primeiro par conceitual. Como lembra Lincoln Secco (2017, p. 16), Gramsci foi além daquela dicotomia original das classes sociais no capitalismo e descobriu, no âmbito silenciado da história dos subalternos, “as dimensões culturais” que estavam além das caracterizações de um proletariado europeu, branco e masculino.

É necessário apontar algumas precisões do conceito para que sejam evitados um alargamento excessivo – portanto, inócuo – de sua aplicação, bem como certo anacronismo. Para Gramsci, a subalternidade não deriva da exclusão. Pelo contrário, os grupos subalternos, conforme descrito nos Cadernos do cárcere, estão ativamente “incluídos” ou integrados às relações hegemônicas do que ele chama de “Estado integral” burguês. No entanto, essa inclusão não se refere à simples incorporação de elementos externos à forma estatal moderna. Deve ser compreendida, etimologicamente, como um “enclausuramento”. É esse confinamento das classes e grupos subalternos nas relações do Estado integral que os constitui como grupos subalternos em um sentido distintamente moderno. (Thomas, 2018, p. 863)

Para Gramsci, a subalternidade constitui um elemento cotidiano e central, longe de ser um caso excepcional ou marginal. Ela descreve as condições estruturantes básicas da modernidade política em toda a sua complexidade e contradições. Essa visão do subalterno não o coloca em oposição à figura do cidadão, por exemplo, mas o concebe como o lugar onde as contradições inerentes à cidadania moderna se manifestam de forma intensa. (Thomas, 2018, p. 864)

Do ponto de vista da filosofia da práxis gramsciana, a condição de subalternidade se origina dessa constituição estatal, dos processos de unificação de uma sociedade dividida em classes, na afirmação de uma “universalidade de classe” que só pode ser, então, parcial, deixando uma margem da sociedade não absorvida, um resíduo de passividade e violência. (Frosini, 2013, p. 33)

Considerando justamente as estruturas e processos da formação do Estado moderno – o italiano em particular – Gramsci se deu conta de que as classes e grupos subalternos formavam um universo bastante amplo e complexo, não se restringindo à grande massa de operários e camponeses. Perceber esta realidade seria então imprescindível para se empreender uma política revolucionária que conseguisse unificar esses grupos e elevar seu senso comum a bom senso, ou seja, elevar sua cultura a um nível superior de consciência crítica. O caminho de tal elevação deveria ser trilhado segundo as possibilidades da auto-atividade das massas, sua auto-organização e seu autogoverno. (Del Roio, 2007, p. 67-69)

¹ Trata-se da conclusão de pesquisa de pós-doutoramento sobre o conceito gramsciano de “Grupos subalternos”, realizada com apoio da Fapesp no modelo Auxílio à Pesquisa Regular (processo: 2019/12238-8).

O conceito de subalternos teve uma fortuna inovadora a partir das últimas décadas do século passado.² Liguori traça um rápido panorama das etapas atravessadas pela categoria de “subalternos” no ambiente intelectual internacional: tem início com a formação dos *Subaltern Studies* por um grupo de estudiosos indianos liderados pelo historiador Ranajit Guha no início da década de 1980; em seguida, tais estudos conhecem uma difusão nos Estados Unidos, conduzida pela estudiosa bengalesa lá radicada Gayatri Chakravorty Spivak; a seguir, os estudos em torno da categoria se expandem finalmente para a América Latina e o restante do mundo.

Uma importante consideração a ser feita sobre tal difusão do conceito é a constatação da apreensão incompleta do respectivo texto gramsciano, pelo menos no ambiente intelectual anglófono, com base na tradução inglesa.³ Liguori explica, citando a intervenção de Joseph Buttugieg no Primeiro Congresso Mundial da *International Gramsci Society*, realizado em Napoli, que a difusão da categoria gramsciana de “subalternos” tinha partido de estudiosos (“indianos, em primeiro lugar”) que não possuíam um conhecimento integral dos escritos de Gramsci, que chegaram a eles parcialmente por meio da citada edição em inglês:

Essa edição colocava, no início de um grupo de textos sobre história da Itália, duas notas do Caderno 25, intitulado por Gramsci “As Margens da História: História dos Grupos Sociais Subalternos”, título e cadernos que a antologia em questão nem citava. (Liguori, 2017, p. 24)

O verdadeiro objetivo da reflexão gramsciana, assim, não era deduzido de forma rigorosa com base nesse posicionamento das notas, já que o discurso ficava apresentado como se estivesse completamente voltado para a análise do Risorgimento italiano. Assimilando dessa forma o texto de Gramsci, ou seja, tratando a categoria de “Subalternos” como se elaborada apenas para se refletir sobre a história italiana, tais estudiosos indianos passaram a escrever para fazer pela Índia o que Gramsci teria supostamente feito apenas para a Itália, estudando a relação entre dirigentes e dirigidos no Risorgimento: “[...] o que – como escreveu Filippini – tornava Nehru uma espécie de Cavour, enquanto o papel de Mazzini era ocupado por Gandhi”. (Liguori, 2017, p. 24) De toda forma, os pesquisadores indianos, tendo à frente o historiador Ranajit Guha, inspiraram-se em Gramsci para desenvolver uma historiografia que registrasse a história de seus grupos sociais subalternos, para além da atividade das elites ou classes dirigentes. Porém, com o “deslocamento do termo ‘subalterno’ – ou ‘subalternos’” para o universo acadêmico estadunidense, essa categoria passou a ser utilizada de modo desconectado dos pressupostos gramscianos de uma análise dos grupos subalternos organicamente vinculada à divisão da sociedade em classes sociais, bem como apartada da ideia de que os subalternos pudessem sair de tal condição por meio de sua organização política. Para Liguori, essa distorção ocorreu devido à influência, naqueles ambientes intelectuais, do pensamento de filósofos associados ao pós-estruturalismo, como Derrida e Foucault. Perdia-se, dessa maneira, “qualquer ligação da categoria com a constelação político-teórica da qual fazia parte no âmbito da construção teórica de Gramsci”. (Liguori, 2017, p. 25)

De toda forma, permanecia o mérito do grupo indiano liderado por Guha de ter chamado a atenção dos estudos gramscianos pelo mundo para o conceito de “subalterno”, até então negligenciado. Porém, uma operação filológica atenta levanta importantes dúvidas sobre a rigorosa utilização do conceito gramsciano pelos *Subaltern Studies*. A mesma avaliação sobre a sorte da categoria de “subalternos” é compartilhada por Green, para quem o termo é frequentemente utilizado de forma equivocada e abusiva, devidos justamente tais mal-entendidos ao conteúdo parcial da referida edição inglesa. Green acrescenta que nos textos incluídos nesta seleção há apenas algumas notas de Gramsci sobre o tema. Tais notas, figurando em uma seção dedicada ao *Risorgimento* italiano, de nome *Notes on Italian History*, podem levar a crer que o interesse de Gramsci sobre os subalternos como conceito esteja ligado apenas ao estudo

2 No Brasil, o mais recente estudo sobre o conceito de subalternos de um ponto de vista político-filológico pode ser lido no excelente livro de Siqueira (2024).

3 Trata-se da seguinte edição: GRAMSCI, Antonio. *The prison notebooks: selections*. Tradução e edição por Quintin Hoare e Geoffrey Nowell Smith. Nova York: International Publishers, 1971. É uma tradução parcial dos Cadernos do Cárcere para o inglês, durante muito tempo a única existente no idioma e até hoje, aparentemente, mais acessada pelos estudiosos anglófonos do que o original integral em italiano, prática que dá origem a muitas interpretações duvidosas nesse caso. Cf.: Gramsci (1971).

daquele contexto histórico italiano. Salientando o equívoco, Green lembra que, na verdade, o interesse de Gramsci pelos subalternos remete à sua análise abrangente da história, da política e da cultura italianas, como também da relação entre Estado e sociedade civil na Itália. Conclui Green que, a partir das notas incluídas na referida seleção, não resulta nem evidente e nem provável a um desavisado leitor que Gramsci tivesse escrito muitas outras reflexões sobre os subalternos, ou que tenha dedicado um caderno inteiro, no caso o de número 25, a este conceito. (Green, 2007, p. 199)

Gramsci, embora não tenha concluído seu trabalho carcerário, nem, portanto, sobre o conceito de subalternos, deixou uma consistente quantidade de escritos que garantem uma compreensão inicial do tema. Como as notas não são completas, se impõe tentar uma interpretação do conceito com base nos *Cadernos do cárcere* em sua totalidade e na trajetória geral do pensamento gramsciano. O interesse de Gramsci pelos subalternos se desdobra em três dimensões. Da leitura das notas parece claro que o autor estava interessado em produzir 1) uma metodologia da história subalterna, 2) uma história das classes subalternas e 3) uma estratégia política de transformação fundamentada no desenvolvimento histórico e na existência dos subalternos. Esta abordagem tripla desenvolve nexos para os quais convergem vários conceitos do marxista italiano. (Green, 2007, p. 202)

Antes de tudo, se trata de ter uma visão precisa do Estado para definir sua posição ideológica e coercitiva em relação aos subalternos, bem como o papel dos intelectuais nessa relação de força. Gramsci desenvolve uma ampliação do conceito de Estado, que passa a compreender, unificadamente, as instâncias da “sociedade política” e da “sociedade civil”. Esta concepção explica o papel assumido pelos intelectuais no âmbito do processo político, bem como suas relações com a posição de poder dos grupos dominantes. Green (2007, p. 205) lembra a passagem da correspondência de Gramsci com sua cunhada Tatiana em que ele apresenta o raciocínio a que chegou a esse respeito, que reproduzimos aqui a partir do original:

O estudo que fiz sobre os intelectuais é muito vasto como projeto e, na realidade, não creio que existam na Itália livros sobre o tema [...]. Por outro lado, eu estendo muito a noção de intelectual e não me limito à noção corrente, que se refere aos grandes intelectuais. Este estudo leva também a certas determinações do conceito de Estado, que com frequência é tomado como sociedade política (ou ditadura, ou aparelho coercitivo para conformar a massa popular segundo o tipo de produção e a economia de um momento dado) e não como um equilíbrio da sociedade política com a sociedade civil (ou hegemonia de um grupo social sobre toda a sociedade nacional, exercida por meio de organizações ditas privadas, como a igreja, os sindicatos, as escolas, etc.), e justamente na sociedade civil, especialmente, operam os intelectuais (Benedetto Croce, por exemplo, é uma espécie de papa laico e é um instrumento efficacíssimo de hegemonia, mesmo se, às vezes, esteja em contraste com este ou aquele governo, etc.). (Gramsci, s.d., p. 458-459)

Sobre a distinção entre sociedade política e sociedade civil, Gramsci escreverá nos cadernos que se trata de uma separação “puramente metodológica”, e que “na vida histórica concreta sociedade política e sociedade civil são uma mesma coisa”. (Gramsci, 2001, p. 460) Assim, para uma ampla análise histórica e social, a sociedade política e a sociedade civil constituem uma unidade orgânica.

A sociedade civil é o âmbito do Estado integral no qual os grupos sociais dirigentes ou dominantes produzem, organizam e protegem o consenso, promovendo a própria hegemonia, ou seja, sua hegemonia, sua filosofia, seu estilo de vida e assim por diante. Neste sentido, a sociedade civil não é absolutamente um território de livre expressão e organização, como pretende o pensamento liberal. Na ideologia liberal, a sociedade civil é considerada como um âmbito não governamental de liberdade, enquanto para Gramsci é um âmbito de hegemonia. Neste sentido, a sociedade civil contém em seu interior os elementos culturais do conformismo, nos quais os valores e a ideologia de um grupo dominante se tornam os valores predominantes em toda a sociedade. Por fim, Gramsci atribui à sociedade civil uma natureza política equivalente à da própria sociedade política, obtendo resultados próprios e objetivos de elaboração dos costumes, modos de pensar e de operar, da moralidade etc. (Green, 2007, p. 207)

Da mesma forma que o Estado em seu sentido restrito, ou seja, a sociedade política, protege pela força, pela coerção, a supremacia social dos grupos dirigentes, a sociedade civil, tomada como parte da concepção integral de Estado, executa a mesma

função com as armas ideológicas da hegemonia, do consenso.⁴ Neste sentido, o poder político não é apenas coerção, mas coerção mais consenso, unidade da sociedade política e da sociedade civil. É por isso que Gramsci (2001, p. 2287-2288) localiza a unidade das classes dominantes de determinado contexto histórico no Estado, ou seja, “a unidade histórica das classes dirigentes ocorre no Estado e a sua história é essencialmente a história dos Estados e dos grupos de Estados”. Ou ainda, “a unidade histórica fundamental, em sua concretude, é o resultado das relações orgânicas entre Estado ou sociedade política e ‘sociedade civil’”. Completa-se o fio condutor que leva da reflexão sobre o Estado integral àquela sobre a análise dos grupos subalternos e a necessidade, para o processo histórico de sua emancipação, de sua unificação como Estado.

Gramsci se propõe a compreender o processo, o desenvolvimento e a origem dos subalternos. Para Green (2007, p. 210), o desenvolvimento gramsciano dos critérios metodológicos para o estudo dos subalternos pode ser considerado uma contribuição para a realização dos planos mais abrangentes de Gramsci, tal como ele próprio registrou na primeira página dos *Cadernos*, de uma “Teoria da história e da historiografia”. (Gramsci, 2001, p. 5) Expostos em segunda redação no Caderno 25, eles são:

É necessário, portanto, estudar: 1) a formação objetiva dos grupos sociais subalternos através do desenvolvimento e das convulsões que se verificam no mundo da produção econômica, sua difusão quantitativa e sua origem a partir de grupos sociais preexistentes, dos quais conservam por um certo tempo a mentalidade, a ideologia e os objetivos; 2) sua adesão de maneira ativa ou passiva às formações políticas dominantes, as tentativas de influir sobre os programas dessas formações para impor reivindicações próprias e as consequências de tais tentativas na determinação de processos de decomposição e de renovação ou nova formação; 3) o nascimento de novos partidos dos grupos dominantes para manter o consenso e o controle dos grupos subalternos; 4) as formações próprias dos grupos subalternos para reivindicações de caráter restrito e parcial; 5) as novas formações que afirmam a autonomia dos grupos subalternos, porém nos velhos quadros; 6) as formações que afirmam a autonomia integral, etc. (Gramsci, 2001, p. 2288)

Estão, portanto, articulados em seis passos ou fases, cada um dos quais indicando um âmbito no qual o historiador integral deveria estudar os subalternos. Não se trata de uma metodologia completa, a-histórica ou essencialista, já que Gramsci mesmo sustenta que essas fases de estudo poderiam ser posteriormente detalhadas mediante fases intermediárias e através de combinações de fases. No entanto, com base na citação do texto gramsciano segundo a qual “o historiador deve notar e justificar a linha de desenvolvimento em direção a autonomia integral, a partir das fases mais primitivas”, (Gramsci, 2001, p. 2288) Green (2007, p. 211) afirma que se pode deduzir que essas seis fases não representam exclusivamente a metodologia do historiador integral ou da história dos subalternos, mas também constituem os estágios de desenvolvimento de qualquer grupo subalterno, de uma condição “primitiva” de subordinação a uma situação caracterizada por sua autonomia. Ou seja, tais fases representam o processo sequencial no âmbito do qual um grupo subalterno se desenvolve e se transforma em um grupo social dominante ou, no correr do movimento histórico, naturalmente não determinado *a priori*, seu avanço sofre interrupções, contramarchas e/ou estagnações promovidas pela “iniciativa” permanente dos grupos sociais ou das forças políticas dominantes.

Por fim, interessa notar aqui a observação de Green (2007, p. 211) a respeito da mudança de redação da primeira versão desses “critérios metodológicos” (Gramsci, 2001, p. 373) para a versão apresentada acima. Na primeira forma da nota, Gramsci emprega o termo “classes subalternas” no critério de número quatro. Depois, quando reescreve a nota no Caderno 25, o caderno especial sobre grupos subalternos, “classes subalternas” e “grupos subalternos” se tornam expressões intercambiáveis. Portanto, conclui Green, embora os termos não sejam idênticos, em Gramsci eles não representam conceitos diferentes. Essa observação é de grande valia para as hipóteses que se testam neste artigo.

4 Aqui é importante observar que se trata da função historicamente preponderante em cada instância, ou seja, na sociedade civil há um predomínio da construção ideológica do consenso, mas a coerção se faz presente também nela. Da mesma forma, predomina na sociedade política o manejo da coerção e da violência, mas elementos da reprodução ideológica do consenso também estão presentes. Para maior aprofundamento da questão, ver, por exemplo, Bianchi (2018, p. 157; p. 174) e Dal Maso (2019, p. 69-73).

2. *Subaltern Studies* e grupos subalternos

Até aqui procurei apresentar teoricamente o desenvolvimento e os significados do conceito de grupos subalternos em Gramsci e os seus fundamentos metodológicos. Na sequência, mantendo a atenção no que foi dito acima, discutirei a construção da noção de subalternidade pelos *Subaltern Studies* e sua relação com as elaborações originais gramscianas.

A apropriação do termo gramsciano “subalternos” é polêmica desde o início de sua utilização no projeto historiográfico do grupo indiano fundado por Ranajit Guha, no começo da década de 1980. Góes (2018, p. 193-195), numa ampla pesquisa sobre a trajetória dos *Subaltern Studies*, remete às explicações de Marcus Green (2011) a respeito dos equívocos grosseiros de interpretação por autores como Gayatri C. Spivak, que teria acreditado ser a expressão “grupos subalternos” uma estratégia de Gramsci para cifrar o termo “proletariado” e driblar a censura do cárcere.⁵ Há ainda o problema de boa parte dos leitores anglófonos de Gramsci poucas vezes acessarem os *Cadernos do cárcere* no original em italiano, o que acarretou leituras, no mais das vezes, limitadas a relativamente poucos escritos do marxista sardo. Fato é que as diferentes elaborações em que o termo “subalternos” aparece nos *Cadernos do cárcere* não constituem, na verdade, conceitos diferentes.

Da leitura de Gramsci, Spivak conclui ser muito estreito o espectro de possibilidades de aplicação do termo subalternos, restringindo-os ao proletariado industrial e aos assalariados rurais. (Green, 2007, p. 223) Não parece, portanto, que Spivak concorde com a própria demonstração de Gramsci de seu raciocínio, segundo o qual haveria fases (que Gramsci distingue, em princípio, em seis ao todo) histórico-políticas de desenvolvimento da organização dos grupos subalternos. (Gramsci, 2001, p. 2288) Esta diferença adviria de uma definição de subalternos diversa daquela de Gramsci e do próprio Guha. Para a autora, os subalternos não seriam uma “mera não elite” (Green, 2007, p. 224): seriam as “vítimas pragmáticas” da divisão internacional do trabalho, vale dizer “as mulheres do subproletariado urbano e do trabalho rural não organizado”. (Spivak *apud* Green, 2007, p. 224) Para Spivak, os subalternos não seriam “apenas” oprimidos: são pessoas tão marginalizadas que lhes falta qualquer organização e representação política. Segundo essa leitura, o proletariado não poderia ser um grupo subalterno, já que é organizado em muitos contextos.

A concepção de grupos subalternos elaborada por Spivak difere claramente daquela de Gramsci pela sua falta de especificidade. Para Gramsci, de fato, a desorganização é uma característica da subalternidade, mas não é a determinante. Um grupo subalterno pode alcançar certo nível de organização política sem conseguir qualquer hegemonia e, portanto, permanecer submetido às investidas dos grupos dominantes. (Gramsci, 2001, p. 2283) Para Gramsci, não é apenas o processo de organizar-se politicamente que resolverá a marginalização de um grupo, mas a transformação das relações de subordinação. Para Spivak, no entanto, ausência de representação e organização é elemento crucial da subalternidade, e alcançá-los é suficiente para que os subalternos deixem de sê-lo:

O subalterno é tudo aquilo que não pertence à elite, mas o problema com esse tipo de denominação é que, se você tem algum interesse político, você o nomeia na esperança de que o nome desapareça. É para isso que serve a consciência de classe: para que a classe desapareça. O que politicamente desejamos é que o nome deixe de ser possível. Portanto, o que me interessa é nos vermos como aqueles que nomeiam o subalterno. *Se o subalterno puder falar, então, graças a Deus, o subalterno não será mais subalterno.* (Spivak, 1990, p. 158; ênfase adicionada)

Em outro lugar, sustenta Spivak que

Quando uma linha de comunicação é estabelecida entre um membro de grupos subalternos e os circuitos da cidadania ou da institucionalidade, o subalterno é inserido no longo caminho rumo à hegemonia. (Spivak, 1999, p. 310)

Atingir a organização e a autorrepresentação, no entanto, não é suficiente para que os grupos subalternos, ainda que de forma incipiente, sejam transformados em

⁵ Tais afirmações encontram-se em Spivak (1990, p. 141).

grupos dominantes na sociedade. Não há ainda, nesse quadro, transformação das relações sociopolíticas de subordinação que geram a marginalização. Assim, em termos gramscianos, para estabelecer uma “linha de comunicação” e se inserir no “longo caminho em direção à hegemonia” é necessária a luta política. Os grupos subalternos devem adquirir consciência da própria posição social, se organizar e lutar para transformar essa condição. Apenas organização e representação não bastam para transformar as relações de subordinação. “Estes aspectos da atividade subalterna não correspondem à ideia do desenvolvimento por fases para Spivak, mas para Gramsci tal correspondência existe”. (Green, 2007, p. 226)

Na análise do autor estadunidense, no entanto, tanto Guha quanto Spivak parecem conferir um alcance limitado à leitura que fazem do conceito gramsciano: “seus pontos de referência e sua representação do conceito possuem um alcance restrito, porquanto se baseiam, em medida consistente, na apresentação das notas incluídas em *Selections from the prison notebooks*”. (Green, 2007, p. 221)⁶ Penso, em todo caso, que Guha esteja muito mais próximo da proposta original de Gramsci na contextualização que opera para a história dos grupos subalternos indianos.

Já no prefácio ao primeiro volume dos escritos dos *Subaltern Studies*, Guha afirma o intuito de articular todas as dimensões implicadas em uma condição de subalternidade, não descartando “nada nos aspectos materiais e espirituais” desta condição, passada ou presente, que interesse. (Guha, 2002, p. 29) Assim, ele anuncia o projeto de refletir sobre os aspectos políticos, econômicos e sociais dos grupos subalternos, tanto quanto as atitudes, as ideologias e as crenças, a cultura que informa essa condição. A subalternidade, para o historiador indiano, não pode ser compreendida senão como estando sempre sujeita à atividade dos grupos dominantes, lembrando a afirmação de Gramsci segundo a qual os grupos sociais subalternos sofrem todo o tempo a iniciativa das classes dominantes. Também para Guha, tal iniciativa “de cima” é permanente, ainda quando os subalternos se insurgem e se rebelam. Disso podemos concluir, pois, que Guha e Spivak utilizam o conceito de “grupos subalternos” em sentidos diferentes.

O historiador indiano chama a atenção para o fato de que, vez por outra, a violência das massas interrompe o tradicional conjunto de rituais de subordinação estabelecidos pela colonização – rituais que estabelecem a semiótica da subordinação, se quisermos aludir também às contribuições da análise estrutural do discurso aos *Subaltern Studies*. (Mezzadra, 2002, p. 13) Para Mezzadra (2002, p. 13), a reconstrução do que se pode definir como uma verdadeira e própria guerrilha semiótica, que precedeu e acompanhou as mais relevantes insurreições camponesas na Índia colonial, é uma das contribuições historiográficas mais brilhantes de Guha. A consequência mais relevante disso, no entanto, é a insistência na reivindicação do caráter político daquelas insurreições.

A caracterização das insurreições camponesas como “políticas” acrescenta uma evidência que consideramos estratégica na reconstrução de sua história: seu caráter não espontâneo, que seria reforçado, como nota Mezzadra (2002, p. 12), pela prevalência da coerção, não do consenso: “a dialética hegeliana entre servo e senhor não se verifica porque o segundo não se importa com o reconhecimento do servo, mas apenas com seu trabalho”.

Guha, cuja formação política tinha sido profundamente influenciada tanto pelo radicalismo camponês da Índia dos anos 1960 quanto pelos então contemporâneos desenvolvimentos da Revolução Chinesa, dedicou-se, na primeira fase de desenvolvimento do projeto dos *Subaltern Studies*, ao estudo das insurreições camponesas dos séculos XVIII e XIX. A subalternidade do camponês indiano era materialmente encarnada em uma rede de signos e símbolos, da mesma forma como ocorria com os camponeses russos no início do século XX ou com os camponeses alemães no século XVI, constantemente presentes como pano de fundo da pesquisa de Guha. (Mezzadra, 2002, p. 12)

As heranças coloniais qualificam o presente em todos os continentes e sub-regiões. Acompanha-as, segundo Mezzadra (2002, p. 14), um “anseio de subjetivação”, reproduzido contemporaneamente em escala global, infiltrando-se nas metrópoles por meio dos movimentos migratórios, constituindo, para todos os efeitos, uma das principais forças produtivas que o capital deve disciplinar, dominar, explorar. As feridas nas subjetividades provocadas pela voragem colonialista se prestam à sutura pelos

6 Cf. nota 2.

“remédios” do nacionalismo e do fundamentalismo. Podem também constituir um “marcador de posição”, a característica de uma ausência que somente poderá ser preenchida por um novo universalismo, livre da hipoteca da dominação colonial ou mesmo “pós-colonial”, que promova e ao mesmo tempo seja promovido pela “proliferação de práticas materiais de libertação”. (Mezzadra, 2002, p. 16)

Para Edward Saïd, o empenho de Guha na reconstrução da história indiana da perspectiva dos subalternos tem um caráter “declaradamente subversivo da mirada intelectual”. (Saïd, 2002, p. 19) O ponto de vista é simples: parte da constatação de que, até agora, a história indiana foi escrita de uma perspectiva colonialista e elitista, enquanto uma parte considerável da história indiana foi realizada pelas classes subalternas. Daí a necessidade de afirmar uma nova historiografia, justamente aquela que Guha e seus liderados estão propondo. Além de intelectual, o aspecto subversivo dessa historiografia é também político, já que, implicitamente, seu oposto natural é “dominante” ou “elitista”, ou seja, os grupos no poder. No caso indiano, tais grupos são não apenas os ingleses – que ocuparam o país por trezentos anos –, mas também as classes aliadas ao poder inglês e grupos de intelectuais e estudiosos que, de alguma forma, colaboraram com os ingleses. (Saïd, 2002, p. 20) Em todo caso, é importante acrescentar aqui que, além das características intelectuais e políticas da dominação, seria estratégico também não perder de vista as categorias da economia política que dizem respeito à exploração da mão de obra subalterna que, afinal, é o pilar material que sustenta todo o empreendimento colonial.

Saïd traça uma concisa relação entre os *Subaltern Studies* sob Guha e o conceito de grupos sociais subalternos de Gramsci. É passagem importante porque demonstra os liames objetivos dessa relação. Lembra que o conjunto das valências e sugestões evocadas pelo termo “subalternos” deriva do uso que dele faz Gramsci em seus *CADERNOS DO CÁRCERE*. Gramsci teria demonstrado que “onde há história há classes” e que a essência da história consiste justamente da relação entre elas, relação de longa duração e que se apresenta de formas infinitamente variáveis. Trata-se sempre, no entanto, de relações entre dominantes e dominados; entre elite, a classe dominante ou hegemônica, de um lado, e subalternos do outro, submetidos a uma dominação pelo alto, coercitiva e/ou prevalentemente ideológica. (Saïd, 2002, p. 20)

As classes dominantes se apresentam na Índia colonial de vários modos e em várias frações, diretamente ou indiretamente coligadas. Não se trata apenas do dominador britânico, de um lado, e os indianos, de outro. Há ainda, lembra Saïd, uma distinção a fazer entre os próprios indianos, entre aqueles cuja concepção de história considera a independência seja como estímulo exercido pelo imperialismo britânico, seja como reação a ele, havendo ainda os que consideram que a liderança no processo de independência esteve firmemente nas mãos de um pequeno grupo de dirigentes, como os vários Gandhi, Nehru etc. (Saïd, 2002, p. 20) Ou seja, no “espaço subalterno” existe uma heterogeneidade própria de sujeitos “mais” ou “menos” subalternos, que se agrupam principalmente em diferentes classes e frações de classes sociais e lidam com contradições (não necessariamente antagônicas) entre si. As diferentes direções e intensidades dessas relações internas de forças também influenciam as formas e o grau da subalternidade nacional.

As construções historiográficas que não fazem as distinções acima ou atribuem as virtudes da luta a restritos grupos de lideranças políticas e intelectuais são incapazes de apreender o papel desenvolvido pela enorme massa de subalternos indianos, dos pobres urbanos e dos camponeses que ao longo de todo o século XIX, e mesmo antes, resistiram ao império britânico de formas muito diferentes daquelas das elites:

Uma importante prerrogativa historiográfica do grupo de estudiosos reunidos em torno do projeto dos *Subaltern Studies* é a de reescrever a história da Índia colonial do ponto de vista – autônomo e separado – das massas, usando as fontes não convencionais ou desprezadas da memória popular, do discurso oral e dos documentos da administração colonial que não eram levados em consideração antes. (Saïd, 2002, p. 21)

Na condição de discurso alternativo, o trabalho dos pesquisadores dos *Subaltern Studies* pode ser visto como a variante indiana das recentes tentativas, feitas no Ocidente e no resto do mundo, de articular as histórias, ignoradas ou suprimidas, “de numerosos grupos marginais (mulheres, minorias, encarcerados, despossuídos pelo capital, refugiados, exilados, etc)”. (Saïd, 2002, p. 21) A reflexão que pode ser incluída em relação ao elenco de subalternos lembrados por Saïd é a necessidade de se considerar a funcionalidade dessas opressões para o capital, evitando, assim, cair em um

culturalismo antimarxista que estaria em evidente contradição com a epistemologia gramsciana, tornando a concepção original de grupos subalternos esvaziada de qualquer sentido teórico para o estudo desses grupos. O fracasso na construção de uma autonomia nacional-popular, a partir da iniciativa dos grupos sociais subalternos, é o centro da preocupação dos *Subaltern Studies* sob Guha. Da mesma forma, tal raciocínio pode ser aplicado a outras regiões do mundo com passado de colonização europeia, como as nações latino-americanas.

O projeto dos *Subaltern Studies* vincula-se a um perfil anti-imperialista, voltado a se opor à historiografia colonialista, a arrancar a história indiana de seus escribas oficiais e construir uma história nacional popular (pelo menos até sua *tourage* pós-estruturalista, com Gayatri Spivak). O sentido prático-político é evidente, a interconversão entre história e política se dá por um trabalho de oposição às narrativas oficiais, pelo estudo das formas de organização política dos diversos grupos populares do passado, recente ou remoto, e pela transformação prática dessa história em possibilidades contemporâneas de ação política subalterna. Tal procedimento é o que corresponde ao método historiográfico gramsciano, é à forma política de seu pressuposto filosófico da identidade entre filosofia, história e política. (Gramsci, 2001, p. 2288)

O método aludido acima enfrenta enormes percalços. Os historiadores da trajetória dos grupos subalternos precisam superar o obstáculo de extrema dificuldade enfrentado por todos que se dispõem a construir a história “a contrapelo”, que é a obtenção de fontes da história subalterna. O caminho, conforme destaca Saïd (2002, p. 24), passa por, “como mostra o próprio Guha, um conhecimento integrativo, que preencha os vazios, as omissões e a ignorância de quem possui uma consciência tão aguda”, cuja condição subalterna permite recolher toda uma experiência da resistência indiana ao colonialismo de forma mais precisa do que as histórias parciais oferecidas por pequeno grupo de líderes locais, pertencente a suas classes dominantes, ou pelos historiadores colonialistas.

3. Ranajit Guha e a história como política

Guha apresenta seu projeto com uma crítica à abordagem elitista da história. A ideia é “promover uma discussão sistemática e aprofundada sobre temas ligados à subalternidade no âmbito dos *South Asian Studies*”. (Guha, 2002, p. 29) Apesar de afirmar de saída que “o termo ‘subalterno’ será utilizado no sentido conferido a ele pelo *Concise Oxford Dictionary*”, deixa claro que pretende ser Gramsci o suporte conceitual, ao afirmar que, apesar disso, não espera “nem remotamente” igualar o projeto anunciado por Gramsci em seus “seis pontos” constantes das *Note sulla storia d'Italia*.⁷ Além disso,

Os termos “história e sociedade”, que aparecem no subtítulo, [*Writings on South Asian History and Society*] têm a intenção de indicar sistematicamente tudo o que está implicado em uma condição subalterna. [...] Na realidade, muitos dos nossos esforços serão orientados a justificar a importância que nós conferimos às funções da subalternidade, seja como medida da avaliação objetiva do papel das elites, seja como crítica às interpretações elitistas desse papel. (Guha, 2002, p. 29-30)

A subalternidade dá a medida da dominação, em um contraponto aos lugares dos grupos dominantes. A historiografia elitista não é descartada, mas decomposta, analisada e sua ideologia é sistematicamente desvelada. Metodologicamente, essa é uma das formas de construir a contrapelo a própria historiografia subalterna, em que pese a ausência de fontes primária e diretas. Obviamente, a historiografia elaborada a partir do ponto de vista dos grupos de classes dominantes apresenta como inadequação uma visão limitada e parcial da política. Sua utilidade, entretanto, reside na possibilidade de conhecer melhor o Estado colonial, o funcionamento de seus aparelhos em determinadas circunstâncias históricas, a natureza do conjunto das relações de classe que o sustentavam. Ajuda também a conhecer alguns aspectos ideológicos dominantes, bem como as contradições entre as duas elites (a colonial e a autóctone) e a complexidade de suas relações, que são ao mesmo tempo de oposição e de colaboração; o papel de algumas das mais importantes personalidades e das organizações das elites inglesa e indiana. (Guha, 2002, p. 33-34)

⁷ Trata-se de referência à antologia em inglês de Quentin Hoare e Nowell Smith. Cf. nota 2.

O nacionalismo registrado pela historiografia elitista é, portanto, aquele desenvolvido no espaço de ação das elites indianas, que passa a ser identificado com o espaço da própria política: “O que é deixado inevitavelmente fora desta historiografia ‘não-histórica’ é a *política do povo*”. (Guha, 2002, p. 35) Assim, lado a lado com o espaço da política das elites, existiu também, durante todo período colonial, o espaço no qual os atores principais não eram os grupos dominantes da sociedade indiana ou das autoridades coloniais, mas as classes e grupos subalternos que constituíam as grandes massas da população trabalhadora e os estratos intermediários das cidades e do campo. Para Guha, “trata-se de um espaço autônomo, não conectado e nem dependente da política das elites”. Possuía raízes nos tempos pré-coloniais e, apesar disso, não estava nada ultrapassado em termos da necessidade de uma resistência popular à dominação colonial.

Nessas condições apresenta-se a ideia de política do povo, sendo que a expressão possui contornos bem definidos: política do conjunto dos grupos subalternos e as contradições não antagônicas implicadas. Não percamos de vista, porém, que a ideia de autonomia aqui pode ser problematizada... haveria, de fato, um espaço político “autônomo”, que tivesse, de alguma forma, relações recíprocas e influências mútuas com a política das “elites”? Nessa relação é preciso considerar, por exemplo, as diferenças de mobilização, ou organização, das elites e dos grupos subalternos.

A mobilização no espaço político das elites era construída de maneira vertical, caracterizada pela adaptação colonial entre instituições parlamentares britânicas e os resíduos das instituições políticas semifeudais do período pré-colonial. Suas atitudes tendiam a ser mais legalistas e constitucionalistas, mais cautelosas e controladas. Já no espaço da política dos grupos subalternos a mobilização ocorria de maneira horizontal. Apoiava-se na organização tradicional de parentesco e da territorialidade ou em formas de organização de classe, de acordo com o nível de consciência política dos envolvidos. A mobilização dos subalternos era relativamente mais violenta, dada que inevitavelmente ilegal. Sua forma geral e mais frequente era a sublevação camponesa, mesmo nas muitas ocasiões em que estavam envolvidas grandes massas de trabalhadores e membros da pequena burguesia urbana. (Guha, 2002, p. 36)

Outro conjunto de elementos distintivos da política dos subalternos era, muito obviamente, as condições de exploração nas quais viviam as classes subalternas e que assumiam diferentes graus de intensidade, bem como as diferentes relações com o trabalho produtivo, no qual era empregada a maior parte de seus protagonistas, ou seja, operários e camponeses, e com o trabalho manual e intelectual que envolvia os pobres das cidades não industrializadas e os setores inferiores da pequena burguesia. Por meio da experiência da exploração de seu trabalho, a política das classes subalternas foi dotada de muitas linguagens, normas e valores que as colocaram em uma situação à parte em relação ao espaço político das elites. (Guha, 2002, p. 37) Este ponto de vista pode ser um dos mais importantes incluídos no trabalho de Guha, já que é muito efetivo em diferenciar o autor das derivações pós-estruturalistas dos *Subaltern Studies*. Isso porque apresenta a historicidade concreta das frações de grupos subalternos e a exploração de sua mão de obra pelo capital colonialista aparece condicionando determinadas direções e valores em sua atuação política, inevitavelmente em choque com as contradições da realidade.

Guha utiliza a constatação acima para destacar os limites, a delimitação

[...] do espaço da política subalterna como espaço distinto daquele da política da elite. A coexistência desses dois espaços ou correntes, que pode ser apreendida intuitivamente e concretamente demonstrada, é a prova de uma importante verdade histórica, ou seja, o fracasso da burguesia indiana em sua tentativa de falar por toda a nação. (Guha, 2002, p. 38)

Poderíamos nos perguntar aqui, no entanto, se se trata de “fracasso” ou projeto mais ou menos deliberado? Ou ainda se teria a burguesia indiana, de fato, as intenções de um projeto hegemônico histórico, duradouro? É plausível objetar que não necessariamente, e apresentar a hipótese de que as diferenças e opressões tradicionais de castas e raças teriam desincumbido a burguesia indiana, e mais ainda o capital colonialista inglês, de qualquer tarefa ou projeto hegemônico – hipótese que poderia ser aventada também com relação à colonização ibérica das Américas, já que as diferenças raciais e o fenômeno escravagista teriam, da mesma forma, dispensado as respectivas burguesias de qualquer construção de hegemonia, no sentido gramsciano do termo.

Embora Guha delimite os espaços políticos de classes dominantes e grupos subalternos, observa que não estavam “hermeticamente fechados um ao outro”, que,

ao contrário, houve inúmeros momentos de sobreposição e esforços para integrá-los, feitos vez por outra pelos elementos mais progressivos da elite indiana, notadamente da burguesia local. Este entrelaçamento dos espaços políticos das elites e dos grupos subalternos conduzia com frequência a situações explosivas, ocasionadas justamente porque as massas, mobilizadas pelas elites para que lutassem em favor dos objetivos elitistas, terminavam por se furta a esse controle e a conferir uma forma de política popular às campanhas promovidas pelas classes superiores. A “missão” que a burguesia local falharia em cumprir, ou seja, uma revolução nacional-burguesa que consolidasse algum projeto hegemônico, também não poderia ser levada a cabo pela sua imediata contraparte, o operariado indiano. A classe operária local não estava ainda suficientemente consolidada ou madura com relação às condições objetivas de sua existência, menos ainda a respeito de uma consciência política de classe para que constituísse uma aliança sólida com a massa camponesa. (Guha, 2002, p. 38-39) Para Guha, a problemática central dos *Subaltern Studies* é justamente a falência, na Índia, da tentativa da nação de criar a si mesma, falência devida às incapacidades da burguesia nacional e da classe operária de encaminhar uma revolução nacional-democrática e a vitória sobre o colonialismo. Em outras palavras, trata-se do estudo do malogro da autocriação da nação indiana e a ausência de um projeto nacional-popular.

Até aqui viemos reproduzindo o termo “elite” tal como empregado por Guha, sem maiores especificações. É de se perguntar se, com base na epistemologia do materialismo crítico assumida por Gramsci, claramente reivindicada por Guha, “elite” pode ser empregado como definição geral de classes dominantes. Para Guha, o termo serve para designar “grupos dominantes”, estrangeiros ou locais. Os grupos dominantes estrangeiros incluem todos os “não-indianos”, ou seja, “principalmente os funcionários britânicos do Estado colonial, bem como os industriais e os estratos comerciais, financeiros, os colonos, os proprietários de terra e os missionários estrangeiros”. Já os grupos dominantes locais são as classes e interesses que operavam em dois níveis: nacional e regional-local. O primeiro nível incluía os maiores senhores feudais, os mais importantes representantes da burguesia industrial e mercantil e os nativos recrutados nos níveis mais altos da burocracia. O segundo nível incluía as classes e elementos que eram membros dos grupos dominantes em nível nacional ou pertenciam a estratos hierarquicamente inferiores a eles, mas que agiam em seu interesse e não no interesse real das classes sociais locais a que pertenciam. Este segundo nível era bem mais heterogêneo e, dado o caráter desigual do desenvolvimento econômico e social nas diferentes regiões, as relações entre si diferiam de local para local. Uma determinada classe era dominante em uma região e subalterna em outra. Segundo Guha, isso acabou determinando muitas ambiguidades e contradições nos comportamentos e políticas locais de alianças, especialmente entre quatro grupos específicos: os estratos mais baixos da nobreza rural, os proprietários de terra empobrecidos, os camponeses ricos e os camponeses abastados. Guha esclarece, com mais detalhes aqui, que “o objetivo da pesquisa é exatamente investigar, identificar e qualificar a natureza *específica* e o grau de *desvio* desses elementos em relação à sua condição ideal e especificá-la historicamente. (Guha, 2002, p. 40-41) Qual é, no entanto, essa “condição ideal”? A de povo, ou classes subalternas. O autor adverte que utiliza os termos “povo” e “classes subalternas” sempre como sinônimos. Ou seja, os grupos e os elementos sociais a que tal categoria se refere “representam a diferença demográfica entre a totalidade da população indiana e todos aqueles descritos como ‘elite’”. (Guha, 2002, p. 41-42) Interessante lembrar que tais descrição e definição arriscadas por Guha sobre os grupos subalternos encontram respaldo em passagens específicas de Gramsci, quando o comunista sardo escreve que “outros exemplos podem ser extraídos de todas as revoluções passadas nas quais as classes subalternas eram numerosas e hierarquizadas pela posição econômica e pela homogeneidade” (Gramsci, 2001, p. 331-332) e também quando afirma que o “povo” é “o conjunto das classes subalternas e instrumentais de cada forma de sociedade que até agora existiu”. (Gramsci, 2001, p. 2311-2312)

Uma caracterização das revoltas camponesas comumente registrada na historiografia “elitista” é aquela que considera as rebeliões camponesas como basicamente espontâneas e naturalmente selvagens. Observa o historiador indiano que todas as revoltas camponesas necessariamente violavam uma série de códigos que definiam claramente o camponês como membro subalterno de uma sociedade colonial. Além disso, rebelar-se significava destruir grande parte de um universo simbólico que o camponês tinha aprendido para conferir um significado a seu próprio lugar no mundo. (Guha, 2002, p. 43)

O risco de se envolver em uma tentativa de subverter as coisas era muito grande para que o camponês o fizesse totalmente de forma espontânea. Sustenta o historiador indiano que “não há nada nas fontes históricas que faça pensar o contrário: isso desmente o mito [...] das insurreições camponesas como fenômenos puramente espontâneos e não premeditados”. (Guha, 2002, p. 44) Levantes camponeses não eram puramente, nem principalmente, espontâneos, mas precedidos de experimentações e cálculos de como proceder às armas e à violência. É raro, afirma Guha, encontrar reivindicações dos camponeses, prudentes habitantes das vilas das planícies ou das colinas – esses considerados mais volúveis –, que conduzissem espontaneamente, de modo não desejado, à revolta: “eles não se lançariam assim numa empreitada se não fosse uma via deliberada por eles, e até desesperada, para sair de condições intoleráveis de vida”. (Guha, 2002, p. 44) A insurreição, em outras palavras, era uma iniciativa motivada e consciente por parte das massas rurais, o que demonstra uma plausível organização política.

Para o historiador indiano, a argumentação da historiografia elitista a respeito dos eventos insurrecionais do campo se fundamenta, na menos ruim das hipóteses, no pressuposto de uma suposta identidade da cultura camponesa com a natureza, o que caracterizaria, como é evidente, um nível baixíssimo de civilidade por parte dos camponeses, frequentemente caricaturado como explosões de criminalidade e momentos de suspensão da lei “que caracterizariam toda tribo selvagem”. Segundo essa interpretação seria tal o caráter das rebeliões camponesas, como se fossem um tipo de reflexo automático, resposta animalesca, instintiva e irresponsável, imprudente em relação ao sofrimento físico de vários tipos (fome, tortura, trabalho forçado) ou uma reação passiva dos camponeses a uma iniciativa qualquer de seus patrões e adversários. Em qualquer um dos casos, “a insurreição camponesa é vista como *externa* à própria consciência camponesa, e sua Causa é posta como um misterioso substituto da Razão, como lógica própria daquela consciência”. (Guha, 2002, p. 45)⁸ Em resumo, trata-se, por parte da historiografia elitista, da animalização das reações políticas dos grupos subalternos como reações instintivas, espontâneas, praticamente “naturais” e conforme as suas naturezas não civilizadas.

É possível observar então a conexão, denunciada por Guha, entre o sistema de poder colonial e sua modalidade de representação pela historiografia elitista, ou a intersecção entre colonialismo e historiografia. Este discurso, de resto já distante dos fatos narrados no tempo, é recuperado como elemento do passado e classificado como história. Guha faz críticas metodológicas à historiografia indiana, indicando a insuficiência dessa historiografia se não estiver apoiada em demonstrações do “óbvio”, ou seja, do compromisso colonial de suas várias versões. Nesse sentido, não há nenhuma valia nas pretensões de “neutralidade” do discurso historiográfico até então. Daí que a crítica não deva se apoiar apenas na identificação de um preconceito no discurso elitista, “mas no exame dos componentes do discurso, veículo de toda ideologia, dos modos em que ele possa estar articulado para descrever qualquer figura particular do passado”. (Guha, 2002, p. 54)

Ao efetuar a análise, a decomposição crítica das narrativas colonialistas, Guha vai além da identificação de preconceitos óbvios, destrinchando posições ideológicas e discursivas axiais para a reprodução do empreendimento colonial. No caso da história indiana, o autor identifica um código permanente da historiografia oficial, que ele chama de “código da contra-insurreição”. O racismo é estratégico aqui.⁹ A atitude do historiador elitista diante dos rebeldes e das insurreições não se distingue daquela do Estado colonial: “o caçador que enfrenta sua presa”. Posto nesses termos, ou nesses signos, o sujeito colonizado rebelado não é objeto de compreensão ou interpretação, mas de extermínio. O discurso historiográfico colonial, longe de exercer qualquer “neutralidade” discursiva, se presta diretamente a instigar a violência oficial. (Guha, 2002, p. 67-69)

⁸ Importante já adiantar que o sentido de “consciência” utilizado aqui pelo autor aponta para uma direção diferente daquele que Spivak supõe criticar em Guha. Spivak critica uma concepção de consciência que promove a homogeneização da subjetividade. Em Guha, o caráter de consciência como política, sua concretização como organização política, fica claro quando o autor discute o tema da espontaneidade versus organização.

⁹ Associado à dominação de classe, Aníbal Quijano (2005; 2009) considera também o racismo colonial como elemento estruturante da subordinação da América Latina ao centro branco capitalista, desenvolvendo a respeito o conceito de “colonialidade do poder”.

As piores debilidades administrativas e sociais eram atribuídas às próprias autoridades locais indianas e jamais à administração colonial, que, geralmente, aparece como grande executora de benfeitorias. A opressão e a exploração dos camponeses aparecem como obra – apenas – de ávidos e desonestos proprietários locais, usurários e comerciantes hindus, diante da incapacidade da administração local, de sua polícia e de sua justiça, de prover aos camponeses proteção e reparação. A sublevação das massas camponesas é encarada como prova de sua “incivilidade”, ou em termos menos hipócritas, de sua resistência em se tornar fonte inesgotável de mão-de-obra a baixo custo para o capital colonialista. (Guha, 2002, p. 73)

Ocorre que mesmo a introdução de mudanças, pelo governo colonial, com base em reivindicações oriundas de protestos camponeses acabavam servindo para assimilar ainda mais a mão de obra servil à colônia. A introdução, a partir de 1792, de uma série de medidas conhecidas como *Decennial settlement*, como o direito de venda pelo próprio camponês de sua força de trabalho como assalariado agrícola, com a finalidade de expandir as áreas cultiváveis, acabou criando um sistema de “servidão por contrato” que, longe de contribuir para a liberação do trabalho servil, acabou por instituir um tipo de “segunda servidão” na Índia. À despeito do discurso colonialista de que tais medidas teriam ajudado a modernizar as relações de trabalho, as lutas dos camponeses para se libertar das opressões econômicas e políticas locais (a serviço do império britânico) acabavam, nesses casos, assimiladas pelos próprios interesses do “empreendimento inglês”, a verdadeira e própria infraestrutura do império. (Guha, 2002, p. 73-76)

Guha demonstra o acerto da identificação gramsciana entre política e história e, nesse caso específico, entre política e historiografia dominante. O discurso historiográfico estreitamente entrelaçado com a política dos grupos dominantes acaba, assim, por fazer seus os interesses e objetivos do próprio regime colonial. Nesta afinidade com a política, a historiografia desvela a própria natureza do conhecimento colonialista, que deriva diretamente daquele conhecimento que a burguesia havia utilizado, no período de sua ascensão, para interpretar o mundo com o fim de dominá-lo e estabelecer a própria hegemonia no interior das sociedades ocidentais, mas que se torna posteriormente instrumento de opressão. (Guha, 2002, p. 77)

Embora a identificação entre história e política feita por Guha esteja em chave de denúncia do empreendimento colonialista – “política” aqui tendo o significado de “dominação”, “opressão colonial” – o raciocínio é profundamente crítico à cientificidade burguesa. Ele aponta como aquela mesma ciência política que havia forjado o ideal de cidadania para os Estados-nação europeus foi utilizada, na Índia colonial, para fundar instituições e para redigir leis que se propunham o objetivo específico de originar uma cidadania mitigada e de segunda classe; aquela mesma economia política que se desenvolveu na Europa em contraposição ao feudalismo acabou por contribuir, na Índia, para o nascimento de um sistema latifundiário neofeudal (e assim em todo o mundo colonial e neocolonial): “também a historiografia se adaptou às relações de poder vigentes sob o *Raj* e foi posta cada vez mais ao serviço do Estado”. (Guha, 2002, p. 78)

O elemento de continuidade, de uma história linear, aparece como discurso de poder, como sua necessidade de demonstrar uma ordem evolutiva e civilizatória. A história das revoltas camponesas aparece aí como momentos de desordem, distúrbios corrigidos por uma combinação de leis marciais com o objetivo de absorver os camponeses indisciplinados como força de trabalho na agricultura e nas obras públicas, a serviço dos grupos administradores e engenheiros estrangeiros nas ferrovias e nas estradas, contra quem os camponeses se levantavam em armas. Devem ser enfatizados, para Guha, os fins estratégicos do empreendimento colonial nunca demasiadamente citados: força de trabalho a baixíssimo custo nas terras colonizadas e nas obras públicas, para tornar sua produção viável. Em nome desse processo, o império colonialista dissemina uma historiografia que exclui o rebelde como sujeito consciente da própria história, sendo incorporado apenas como elemento contingente no âmbito de outra história, feita por outro sujeito. (Guha, 2002, p. 87)

4. O método historiográfico de Guha

É importante observar que em sua crítica à historiografia conservadora, Guha não desconsidera, muito ao contrário, os problemas e limitações do historiador crítico em construir a narrativa dos grupos subalternos. Aponta e discute outros problemas

de método, além daquele das fontes. A apropriação das fontes e testemunhos subalternos conduz à mediação da consciência do sujeito rebelde pelo historiador, ou seja, “à mediação de uma consciência do passado por uma consciência condicionada pelo presente”. (Guha, 2002, p. 87) Alguma distorção é, de fato, inevitável, e resultado do hiato existente entre o tempo do evento e o tempo do discurso, distorção que torna menos rigorosa e acurada, na melhor das hipóteses, a representação do passado. Dado que o discurso se ocupa, em grande parte dos casos, de questões que concernem à consciência, como as atitudes, as crenças, as ideias etc., e não aos comportamentos exteriores, mais fáceis de identificar e descrever, a tarefa da representação se torna ainda mais complexa do que normalmente. (Guha, 2002, p. 87)

Este também é um momento estratégico da metodologia historiográfica de Guha. Ele reconhece que nada há que se possa fazer para eliminar aquela distorção da historiografia, porque tal “é inerente à sua própria natureza”. O que o historiador pode fazer é reconhecer tal distorção como um parâmetro, como um dado que determina a forma do exercício historiográfico, renunciando à pretensão de colher e reconstruir *plenamente* uma consciência do passado. Somente então

[...] a distância que existe entre tal consciência e sua percepção por parte do historiador pode ser significativamente reduzida, até fazer da segunda uma boa aproximação da primeira, que é o máximo a que o historiador pode ambicionar. (Guha, 2002, p. 88)

A respeito dessa consciência, é imprescindível levar em consideração as motivações simbólicas, religiosas dos atos de revolta dos camponeses indianos se se quer realizar uma “aproximação” razoável entre suas atitudes e a tensão de classes considerada pela historiografia subalterna. Apenas nesses termos, adverte Guha, se tornam compreensíveis muitos elementos característicos das revoltas camponesas. Por vezes, grupos de regiões específicas atribuíam seu ato rebelde mais a uma ordem divina do que a alguma injustiça específica sofrida. O autor dá como um dos exemplos “as cerimônias propiciatórias para exorcizar o apocalipse das Serpentes Primordiais Lag e Lagini, [...] etc.”. (Guha, 2002, p. 88) Tratava-se, por vezes, de registros dos próprios administradores coloniais locais relatando que os camponeses alegavam que seu líder teria recebido a visita de divindades em sua casa, que teriam ordenado, então, o levante.¹⁰

Um elemento perene, constitutivo do que Aníbal Quijano (2009), por exemplo, chama de “colonialidade do poder” é o preconceito racista contra religiosidades locais, autóctones, tradicionais e, obviamente, não-cristãs. Trata-se de apenas uma das características da convicção de superioridade moral dos empreendedores coloniais em qualquer época. Guha sublinha, no entanto, que tal elitismo não é característica exclusiva da historiografia colonialista. O “discurso de matriz radical” também demonstraria, não poucas vezes, a mesma desconfiança em relação à consciência política das massas camponesas quando mediada pela religiosidade. Historiadores de verniz crítico e anticolonialista também teriam, segundo o historiador indiano, atribuído aos chefes camponeses fingimento e hipocrisia em suas alegações e justificações religiosas para instigar seus seguidores à rebelião. Trata-se da própria relutância e incapacidade ocidental de compreender a religiosidade como modalidade fundamental da consciência camponesa na Índia colonial, a influência que o elemento religioso exerce sobre a concepção camponesa de poder e todas as contradições que dele resultam. (Guha, 2002, p. 92-94) Dessa postura resulta negar a existência de uma vontade própria à massa sublevada e representá-la como mero instrumento de vontades estranhas a ela. Tal interpretação reduz, tal qual a historiografia conservadora, os levantes camponeses a explosões sociais completamente espontâneas, sem elementos de direção autônoma. É, de acordo com Guha (2002, p. 95), “não joga luz naquela combinação de desenvolvimento das seitas religiosas e militância que constitui uma característica tão importante de nossa história rural”. O estudo das massas camponesas receberia ainda a atenção de outra intelectual de destaque dos *Subaltern Studies*, Gayatri C. Spivak.

10 Das considerações acima emerge uma questão: pode a luta de classes concreta ocorrer sem ser permeada, atravessada e, inclusive, parcialmente determinada por distintos valores político-culturais, religiosos, étnicos (raciais, linguísticos), folclóricos, identitários etc.? Pode a luta de classes se expressar em formas expurgadas de antagonismos e distinções externos à contradição estrutural entre trabalho e capital?

5. A crítica pós-estruturalista de Spivak

A partir do final dos anos 1980, Guha se afasta dos trabalhos editoriais dos *Subaltern Studies* e eles passam a caminhar em nova direção, cujo tom é a crítica pós-estruturalista protagonizada pela intelectual indiana Gayatri Chakravorty Spivak, conhecida notadamente também por seu influente ensaio *Pode o subalterno falar?*.

Ao eleger, de resto justificadamente, o sexismo como objeto de crítica reiterada tanto ao colonialismo estrangeiro quanto às elites e aos grupos subalternos autóctones, Spivak torna mais abstrata e afastada das práticas de reprodução da vida material uma forma de opressão que tem sentidos/significados concretos diferentes entre elites e subalternos. A dimensão estratégica das classes sociais é deixada de lado em nome da criação/identificação/denúncia/distinção/destaque de uma “diferença estabelecida no cerne” de uma identidade, uma consciência subalterna unificada, ou “homogênea”. (Spivak, 2010, p. 11)

Para Spivak, não há sentido em uma luta politicamente organizada (“homogênea”?) contra o fato do capital imperialista, por parte dos subalternos e dos intelectuais que escrevem sua história, pelo motivo de que tal luta conteria o mesmo vício da lógica “essencialista” do colonialismo, homogeneizadora dos pensamentos e consciências dos povos considerados “primitivos”. Até aí, os subalternos, de fato, não poderiam falar, segundo a autora. Pelo menos, não em articulação com um projeto historiográfico de “intelectual que crê poder falar por esse outro (a)”. (Spivak, 2010, p. 14)

O sujeito subalterno precisaria, de acordo com o ponto de vista acima, de espaços em que ele próprio pudesse falar e ser ouvido. Para que o ato de ser ouvido ocorra, o sujeito subalterno precisa de espaços para seu processo de autorrepresentação. Em um processo assim, os subalternos dariam a conhecer o fato da ausência de uma consciência “homogênea”, a irredutibilidade de seu caráter “heterogêneo”. É aqui que as coisas terminam, na prática pós-estruturalista de celebrar a “diferença” reiteradamente estabelecida no cerne de qualquer identidade ou discurso “homogêneo”, o que Spivak considera “violência epistêmica”:

O mais claro exemplo disponível de tal violência epistêmica é o projeto remotamente orquestrado, vasto e heterogêneo, de se constituir o sujeito colonial como Outro. Esse projeto é também a obliteração assimétrica do rastro desse Outro em sua precária Subjetividade. (Spivak, 2010, p. 47)

São as “margens” de tal “violência epistêmica” o objeto de preocupação de Spivak, entendidas como os limites de um cerne específico de conhecimentos, tal como postulado pelas experiências teóricas pós-estruturalistas, segundo Williams (2013). Este autor observa que a postura de crítica e resistência a oposições e verdades estabelecidas é uma das virtudes do pós-estruturalismo, que “alerta contra a violência, às vezes ostensiva, às vezes oculta, de valores estabelecidos como uma moral estabelecida, um cânone artístico ou uma estrutura legal fixada”. (Williams, 2013, p. 17) Trata-se do desdobramento radical de um limite sobre o âmago de um corpo de conhecimentos consolidados. A imposição de tal conjunto de conhecimentos, tal como se cânones fossem, é a “violência epistêmica” do projeto colonial criticado por Spivak. Mas os “cânones” da crítica radical também são alvo aqui, e em particular a historiografia de Ranajit Guha.

Não se pode negar que a crítica de Spivak seja radical, mas parece sê-lo em um sentido específico: o de mover a crítica pós-colonial para “além das fronteiras disciplinares no trabalho de desconstrução”. (Coletiva Chama, 2022, p. 14) Esta desconstrução envolve desvelar o processo de marginalização do subalterno a partir da própria narrativa do colonizador, antes do potencial apagamento físico do colonizado, seus símbolos e cultura. Um dos momentos deste apagamento ocorre já, por exemplo, na literatura da metrópole. Ao analisar o romance *Jane Eyre*, de Charlotte Brontë, a morte da personagem jamaicana para que aconteça a vitória da protagonista é, para Spivak, emblema do fenômeno criticado: “Spivak nos revela a cumplicidade entre o individualismo feminista e a axiomática imperialista do século XIX, colocando-nos diante da pergunta: *Quem deve se sacrificar para que ‘a feminista’ possa se tornar indivíduo?*”. (Coletiva Chama, 2022, p. 12)

Este é um exemplo de como a autora lê os textos da cultura literária colonialista para encontrar neles os movimentos de “apagamento forçado dos vestígios do informante nativo, a voz subalterna como necessariamente perdida”. A “violência epistêmica” contra a qual Spivak se volta é distinguida pelo viés pós-colonialista como a força etnocêntrica de invisibilização de saberes locais que ocorreria paralelamente ao

domínio político colonial, e continuaria mesmo após este domínio. Existe um deslocamento da centralidade até então ocupada pelo domínio econômico e político do colonizador. Esta centralidade é agora relativizada ou, antes, invertida. A dimensão simbólica e “epistêmica” adquire protagonismo em relação aos processos de reprodução material da dominação. Esta escolha teórico-metodológica pouco se atém ao que pareceria óbvio para uma análise materialista, ou seja, que a obstrução e apagamento dos saberes, costumes e conhecimentos locais são consequência daquela dominação político-econômica, e não adquirem perenidade ou protagonismo de maneira autônoma ou independente dela.¹¹

A “violência epistêmica” não pode senão ser sintoma e decorrência do colonialismo-imperialismo em sua manifestação fundamental, ou seja, a espoliação material do território e a exploração da força de trabalho de seus habitantes. A “violência epistêmica”, na verdade, é um fenômeno ideológico imanente aos fundamentos materiais do colonialismo – e não o é menos enquanto área de pesquisa acadêmica que dilui e esteriliza a perspectiva classista de análise do imperialismo. Neste caso, no entanto, Spivak é clara em se manifestar contrariamente à permanência da crítica em “nichos típicos da divisão acadêmica do trabalho intelectual”. (Coletiva Chama, 2022, p. 14)

O desejo desse trabalho intelectual dos *Subaltern Studies*, de hegemonizar o subalterno, hegemonia da qual a revisão subalternista da historiografia é uma parte importante, mas relativamente autônoma, transformaria o intelectual acadêmico em um “persuasor permanente”. Para Spivak, os “subalternistas” optaram por induzir uma mudança na historiografia dos séculos XIX e primeira metade do século XX, mas esgotaram as possibilidades quando o projeto foi institucionalizado nas universidades e passou a integrar os currículos. Encontram-se agora afastados das classes subalternas, engajados, quando muito, em trabalhos teóricos sobre elas, em relatos de práticas, enfim, em exercícios pós-coloniais. Este é um trabalho útil, “mas apenas constativo; não há aqui nenhum esforço para tocar o subalterno ou para questionar a política que se apropria dos marginalizados no interesse da democracia como contagem de corpos”. (Spivak, 2012, p. 433)

Para a autora, tudo isso está em perfeita consonância com o que se espera institucionalmente de intelectuais acadêmicos. Assim que o elemento “performativo” da atividade dos estudos subalternos se perdeu para a dimensão apenas “constativa”, deixa de haver o mesmo engajamento político dos primeiros estudiosos dos *Subaltern Studies* para intervir naquilo que sua atividade historiográfica deveria subverter: a conformidade dos subalternos às suas próprias normas sociais. (Spivak, 2012, p. 433) Esta observação lembra de perto a filosofia da práxis gramsciana, em que os processos de conhecer e transformar são organicamente unificados. Não apenas por isso, no entanto, a diferenciação do conceito de “subalternos” de Spivak em relação àquele gramsciano não é imediatamente óbvia. Tanto é assim que pontos de contato com desdobramentos da definição estritamente gramsciana de subalternos são claros, como na passagem a seguir, em que a crítica ao neoliberalismo e à perspectiva foucaultiana de “governamentalidade” são compatíveis com uma análise gramsciana a partir da definição de subalternos do comunista sardo:

[...] em uma situação global onde a destruição da possibilidade de um Estado de bem-estar social – ou o desmantelamento de Estados de bem-estar social já existentes – é exigida pela marcha do capitalismo, a “governamentalidade” tornou-se menor; e, quando desenfreada, ela era indiferente ao subalterno (em oposição à classe trabalhadora ou aos pobres mercedores), incidentalmente obrigada a manter a diferença em seu devido lugar. [...] Quando faço isso, aprendo que a governamentalidade subsume o subalterno de forma imperfeita, de modo que o sujeito permanece incapaz de sabotar o Iluminismo. Por que ensinamos se sentimos que o ensino é desnecessário? (Spivak, 2012, p. 430)

Certamente, causa estranheza a passagem sobre a separação quase opositora entre “subalterno” e “classe trabalhadora”, mas aqui estamos de volta à formulação autenticamente spivakiana, em que a “margem” que define o subalterno é algo fora da institucionalidade do Estado, o que certamente não é o caso do proletariado clássico.¹²

11 “A subalternidade, nesse sentido, é uma função do próprio processo de constituição material do Estado moderno”. (Thomas, 2018, p. 864)

12 De outra perspectiva, Thomas sustenta, por exemplo, que as análises históricas e culturais de Gramsci enfatizam que, em vez de serem incapazes de falar, os subalternos fazem ouvir e

A partir da obra *O 18 de brumário de Luís Bonaparte* de Marx, com destaque para a passagem em que Marx afirma a situação de ambiguidade dos camponeses franceses como classe e não-classe a depender de sua consciência de coletividade, (Marx, 2011, p. 142) Spivak sustenta, assim, que o subalterno é aquele que está privado de canais de representação. Ele não possui “agência” porque suas ações e revoltas não são reconhecidas pelas instituições oficiais ou pelo Estado. Para a autora, a agência não é apenas um ato de vontade individual. Exige uma ação coletiva validada institucionalmente. O subalterno, por definição, estaria à margem dessa legitimação e, portanto, sua voz é constantemente silenciada ou interpretada de forma distorcida pelo poder colonial e metropolitano. (Spivak, 2012, p. 432) Aqui podemos recorrer ao raciocínio de Thomas (2018, p. 863) sobre o contraste entre a concepção hegemônica nos *Subaltern Studies* e aquela de Gramsci:

O desenvolvimento dos Estudos Subalternos foi determinado desde o início por uma tradução parcial dos Cadernos do Cárcere de Gramsci. As agendas de pesquisa, os projetos e as críticas produzidos pela globalização da figura do subalterno constituem agora, efetivamente, um paradigma de pesquisa próprio e distinto, separado – e citando cada vez menos – as formulações de Gramsci que inicialmente os inspiraram. (Thomas, 2018, p. 863)¹³

Em todo caso, a sugestão gramsciana do desenvolvimento da historiografia dos subalternos permanece como ponto de partida metodológico na leitura de Spivak, já que, para ela, “Gramsci, o pensador da subalternidade como uma emenda da mera lógica capitalista, em sua figuração do intelectual orgânico nos deu uma ideia de expandir o horizonte da historiografia como atividade”. (Spivak, 2012, p. 434-435)

Na mesma direção, em considerações mais recentes em relação ao texto *Pode o subalterno falar?*, Spivak parece sugerir a “crise da condição de subalternidade” pela mobilização política e insurrecional, ou seja, a organização política como primeiro distanciamento da condição de subalternidade, o que iria, em princípio, na mesma direção dos apontamentos de Gramsci (2001, p. 2287-2288) no parágrafo cinco, “Critérios de Método”, do Caderno 25, sobre os subalternos. Para Spivak “Cada momento de insurgência [...] foi um momento em que a subalternidade foi levada a um ponto de crise: as construções culturais que podem existir dentro da subalternidade [...] são transformadas em militância”. (Spivak, 1996, p. 299) Para Spivak, nos momentos de militância e insurreição, nunca estamos olhando para o “subalterno puro”. Mais uma vez, no entanto, essa proximidade em relação a Gramsci se faz pela tangente de uma linha curva que logo se afasta, pois permanece subentendido que o subalterno só pode se encontrar fora da institucionalidade estatal contra a qual se mobiliza, e não como um verdadeiro componente contraditório dela, como demonstra Thomas (2018, p. 863). Mantém-se, no argumento de Spivak, a “subalternidade pura” como aquela exclusiva do espaço da existência não institucional e não política.

De todo modo, os *Subaltern Studies*, nas passagens em que mantêm um pé na epistemologia materialista crítica de Gramsci, podem funcionar como um desdobramento contemporâneo do anti-determinismo e anti-economicismo propostos pela filosofia da práxis do comunista sardo. Isso acontece quando, segundo a própria Spivak reconhece, os historiadores indianos abordam o processo de descolonização como mais complexo e heterogêneo que uma unidirecional transição entre noções abstratas de “modo de produção feudal” e “modo de produção capitalista”: essa heterogeneidade se revelaria no protagonismo dos grupos rurais subalternos tanto quanto (ou mais que) as burguesias nacionalistas; nas transformações “funcionais” a essa transição de movimentos criminosos a revoltosos, da escravidão ao assalariamento etc.: “o efeito mais significativo dessa revisão [historiográfica, levada a efeito pelos *Subaltern Studies*] é que o sujeito agente da mudança é colocado entre os rebeldes ou entre os

sentir continuamente a sua voz e a sua presença em formas culturais, sociais e políticas contraditórias e complexas. (Thomas, 2018, p. 864)

13 Para Thomas, um retorno à edição integral dos Cadernos do cárcere forneceria uma perspectiva muito diferente sobre os grupos subalternos: “Em particular, argumentarei que um estudo contextualista e diacrônico do desenvolvimento da noção de classes ou grupos sociais subalternos ao longo dos Cadernos do cárcere revela novos recursos para considerar a relevância histórica e contemporânea dessa figura”. (Thomas, 2018, p. 862) Também para Del Roio, parte relevante dos estudos dos Subaltern Groups parte de pressupostos teórico-metodológicos que têm perspectivas distantes das de Gramsci, quando não mesmo antagônicas. (Del Roio, 2007, p. 68)

‘subalternos’”. Para Spivak, no entanto, trata-se de uma “transformação funcional no interior de um sistema de signos”, o que é “um evento violento”. (Spivak, 2002, p. 104)

Sua adesão ao conceito pós-estruturalista de “desconstrução” desautoriza, segundo a autora, o que ela identifica como intenções de “pensamento dialético, velhas controvérsias sobre a relação espontaneidade e consciência, entre estrutura e história”. Para Spivak, esse é um equívoco de autodefinição, a reivindicação da “inexorável lógica especulativa da dialética”, que os *Subaltern Studies* devem abandonar. A autora, numa expressão sintética, define os *Subaltern Studies* como “uma teoria da transformação como lugar do deslocamento funcional entre sistemas de signos”. Trata-se de uma “teoria da leitura” que, a partir do “conceito-metáfora” de “texto social”, não equivale à redução da vida real “a uma página de livro”. (Spivak, 2002, p. 105)

A possibilidade da ação, dado que tal interpretação não reduz a vida concreta a “página de livro”, se encontraria na dinâmica de desarticulação da ininterrupta cadeia de signos que forma o inteiro universo social, ou seja, sua ruptura e recomposição. Lembre-se aqui, remetendo a Gramsci, que um novo método historiográfico crítico se vincula à escrita da história dos subalternos que, por sua vez, informa novas formas de política dos subalternos. Nesse sentido, pode-se, ainda aqui, conceder a Spivak uma analogia real com o pensamento de Gramsci, ainda que a possibilidade de intervenção histórica pareça limitada a uma suposta “desconstrução” de cadeias tradicionais de signos linguísticos pela leitura e interpretação de nova historiografia. Entretanto, a orientação desconstrutivista de Spivak torna a consciência dos grupos subalternos alheia às determinações da reprodução material da vida de seu ser social, ou em suas palavras, não se trata de “colocar a consciência acima e contra o ‘social’, mas de vê-la unicamente como constituída de e internamente a uma cadeia semiótica”. Em sua perspectiva, é por esse expediente de definição da consciência, e apenas por ele, que o historiador pode constituir “irredutível” compromisso com seu objeto de estudo. A desconstrução semiótica é, dessa forma, um “instrumento de estudo que participa da natureza de seu objeto”. (Spivak, 2002, p. 106)

Em termos de mudança na capacidade de organização dos grupos subalternos (“consciência”), a autora aponta para a necessidade de um “deslocamento do campo discursivo”. Transformação, nesta chave e em termos gerais, é entendida como “deslocamento do campo discursivo”, “desconstrução da cadeia de significados de um discurso”, “reelaboração de cadeias de significados discursivos”. (Spivak, 2002, p. 107) Ora, existe aí uma clara resistência para se pensar a política como relações de forças concretas entre grupos e classes em presença. Não há referências – propositalmente, mas esse é o problema – a contradições porventura existentes nas bases da reprodução da vida material daqueles grupos e classes. Tudo se dá como se a autorrepresentação do subalterno fosse o eixo daquela ressignificação discursiva necessária. Mas isso seria impossível para o próprio subalterno, então ele não pode falar. Também aqui, sutilmente, Gramsci parece ser invocado, mas ao reverso. Refletindo a respeito das possibilidades de uma reforma moral e intelectual, o marxista sardo escreve que

Pode haver reforma cultural, ou seja, elevação cultural das camadas mais baixas da sociedade, sem uma precedente reforma econômica e uma mudança no padrão econômico de vida? Por isso a reforma intelectual e moral está sempre ligada a um programa de reforma econômica, ou melhor, o programa de reforma econômica é o modo concreto com que se apresenta qualquer reforma intelectual e moral. (Gramsci, 2001, p. 953)

Como seria possível haver um “deslocamento do campo discursivo” – ainda que o conceito não seja, obviamente, diretamente comparável ao de reforma moral e intelectual – sem condições materiais correlatas é o que não fica claro no pós-estruturalismo de Spivak.

O objetivo de Spivak é “reconduzir os *Subaltern Studies* ao interior da prática da desconstrução”. Para a autora, a virtude da desconstrução é, justamente, colocar em discussão a autoridade do sujeito da pesquisa – no caso, o historiador dos subalternos – sem impedi-lo, identificando as impossibilidades da pesquisa e transformando-as em possibilidades. (Spivak, 2002, p. 110) Uma das impossibilidades seria uma “teoria implícita da significação”, que considera as rebeliões camponesas como o reflexo de uma particular consciência subjacente, processo em que Guha confundiria, segundo a autora, significação com representação dessa significação em seu próprio trabalho. (Spivak, 2002, p. 113) Spivak critica o pressuposto de pré-existência de alguma consciência unívoca, cobrando dos *Subaltern Studies* uma postura de crítica ao

humanismo teórico. Pensamos, no entanto, que o engano ocorre quando Spivak define “consciência” de forma diferente de Guha, que se refere ao termo “consciência” como organização política, ou seja, como não espontaneidade absoluta.

O que substitui a ideia de “consciência” tal como criticada por Spivak? Aquilo que a crítica indiana concebe como “efeito-sujeito”. A citação a seguir é longa, mas apresenta o caráter intrincado do conceito:

Sou levada a ler a recuperação da consciência subalterna como um diagrama daquilo que em linguagem pós-estruturalista seria definido como o efeito-sujeito subalterno. Um efeito-sujeito pode ser brevemente definido como segue: o que parece agir como um sujeito pode ser parte de uma imensa rede descontínua [...] de fios aos quais se pode atribuir os nomes de política, ideologia, economia, história, sexualidade, linguagem e assim por diante. Em seguida, cada um destes fios, se considerado isoladamente, pode ser visto, por sua vez, como composto de muitos fios. Os diversos entrelaçamentos e configurações desses fios, determinados por fatores heterogêneos que são, eles próprios, dependentes de uma miríade de circunstâncias, dão vida ao sujeito agente. Todavia, a consciência deliberante continuísta e homogênea requer, de modo sintomático, uma causa contínua e homogênea para dar lugar a este efeito, dando como certo um sujeito soberano e deliberante. Este é, portanto, o efeito de um efeito [...] ou a substituição de um efeito com uma causa. É exatamente isso que fazem os textos da contra-insurreição lá onde identificam uma ‘vontade’ como causa soberana, quando esta, ao contrário, não é senão um efeito do efeito-sujeito subalterno, produzido por conjunturas específicas lembradas pelas crises meticulosamente descritas nos diversos *Subaltern Studies*. (Spivak, 2002, p. 115-116)

Segundo Spivak, então, para os *Subaltern Studies* de Guha, o subalterno seria um “sujeito soberano e deliberante”, movido por uma vontade homogênea, uma causa, que na verdade transforma um autêntico efeito-sujeito em “efeito de um efeito”. A crítica de Spivak sugere que os *Subaltern Studies* de Guha podem agir tal como a historiografia colonial, recuperando uma causa consciente em quem é apenas “efeito-sujeito” subalterno. Spivak, em sua leitura desconstrutivista, discorda, assim, do objetivo original dos *Subaltern Studies* – elaborar uma historiografia subalterna com propósitos políticos, ou seja, proceder à identificação entre história e política –, e os vê como uma espécie de uso estratégico de um essencialismo positivista, ou seja, como uma tentativa historiográfica de recuperação de uma suposta consciência política subalterna com fins insurreccionais.

A reinterpretação feita por Spivak realocaliza os *Subaltern Studies* na dimensão da(s) perspectiva(s) pós-estruturalista(s). O limite do conhecimento do historiador dos subalternos deve ser constantemente movido para uma posição diferente da qual ele se encontra: “a arena na qual se determina a contínua tentativa dos subalternos de assumir uma posição hegemônica deve sempre, e por definição, permanecer heterogênea com relação aos esforços do historiador”. A autora adverte contra a tentação dos fins políticos eventualmente adotados pela prática da historiografia subalterna: “O historiador deve insistir nos próprios esforços, para alcançar a consciência de que o subalterno é necessariamente o limite absoluto do espaço no qual a história é narrativa-mente transformada em lógica”. Não aprender essa lição “significa simplesmente espalhar soluções elegantes para uma correta prática teórica”. (Spivak, 2002, p. 120)

Spivak advoga uma descontinuidade, uma separação entre teoria e prática ou, em suas palavras, uma relação “assimétrica”. Para ela, o projeto dos *Subaltern Studies* seria mais coerente consigo mesmo se reconhecesse que não pode ser condizente, adequado, à “consciência subalterna”. Não pode, de resto, estabelecer continuidade com a “participação ocasional e irregular do subalterno na hegemonia política como sumário de uma descrição a posteriori”. Fica descartada a relação dialética entre teoria e prática postulada por Marx, porque a teoria não pode nunca informar a prática, pode apenas “dar lugar a generalizações provisórias”. (Spivak, 2002, p. 121) Para a autora, há sempre uma relação assimétrica entre interpretar e modificar o mundo, afirmação da qual, ao que parece, o leitor pode inferir a impossibilidade dos *Subaltern Studies* como política.

Segundo Spivak, é o discurso da suposta consciência unificada do subalterno que informa a estratégia dos historiadores do grupo de Guha. Do lado dos “anti-humanistas”, no entanto, prevalece o discurso do sujeito “micro” e “localizado”, com o qual a autora se identifica. Para ela, se o objetivo dos *Subaltern Studies* é ler o texto de Marx para além de sua especificidade europeia, ou de um “internacionalismo homogêneo”,

abrindo-se ao “contínuo reconhecimento da heterogeneidade”, aquele objetivo deve então ser “reinscrito”, redimensionado. (Spivak, 2002, p. 124) Mas tal “redimensionamento” preconizado pela autora indiana acaba se tornando cada vez mais difícil sem que os próprios pressupostos marxistas sejam, enfim, abandonados. O intrigante nesta operação não é, entenda-se bem, o abandono de Marx em si, mas a reivindicação de um conceito gramsciano em tal contexto teórico “pós-marxista”, o que certamente não guarda relação com os fundamentos filosóficos do pensador sardo, um notório continuador do materialismo histórico. Seria importante se a autora afirmasse mais claramente que o termo “subalterno” que utiliza já não remete àquele gramsciano, o que serviria melhor para esclarecer seu método do que a afirmação duvidosa de que Gramsci se preocupa “com o papel do intelectual no movimento cultural e político do subalterno no âmbito da hegemonia” por “criticar a posição vanguardista do intelectual leninista”. (Spivak, 2010, p. 55)

Apesar da polêmica leitura da intelectual indiana discutida acima, ela aponta concretamente uma intrigante lacuna nos estudos conduzidos por Ranajit Guha. Para Spivak, os *Subaltern Studies* deixam de analisar o papel pervasivamente instrumental que a figura da mulher possui na modificação do sistema discursivo, tanto quanto na mobilização insurrecional dos camponeses indianos. Observa que o grupo dos *Subaltern Studies*

[...] raramente se coloca a questão de tal instrumentalidade. A “feminilidade” é um importante campo discursivo para os insurgentes, que são na maioria homens, ao lado da “religião” [...]. Quando este nível coletivo pré-insurrecional começa a se transformar gradualmente em nível insurrecional, continuam a ser oferecidos sacrifícios propiciatórios às divindades femininas e não às masculinas. (Spivak, 2002, p. 133)

Fica evidente a importância da figura feminina no imaginário articulado religioso-insurrecional. Em continuidade a essa observação, Spivak critica o fato de que, em um coletivo de pesquisa tão ocupado com a questão subalterna, a preocupação com a abordagem das subjetividades não pareça relevante, tampouco a presença da mulher como “instrumento crucial”. A autora destaca o processo no qual a mulher é privada de subjetividade na dinâmica da mobilização e da solidariedade comunais. Observa que, se o camponês rebelado foi a vítima e o herói não reconhecido da primeira onda de resistência ao imperialismo territorial na Índia – narrativa apropriada pela burguesia nacional –, foi a mulher subproletária urbana que acabou por representar “o sujeito paradigmático da atual configuração da divisão internacional do trabalho” por causa da colusão entre a pré-existente estrutura do patriarcado local e o capitalismo transnacional. (Spivak, 2002, p. 138)

Em virtude das constatações acima, a autora chega a uma conclusão, no entanto, também discutível: se a questão “da consciência subalterna da mulher [...] é um beco sem saída, não diferentemente deve ser julgada toda a questão da consciência subalterna”. (Spivak, 2002, p. 137) Há um novo problema aqui. O que pode ser entendido como uma limitação claramente reconhecível na iniciativa dos pesquisadores indianos liderados por Ranajit Guha é transformado por Spivak em desfuncionalidade de toda a pesquisa e, por extensão, não validade de suas conclusões. Primeiramente, as observações de Spivak levam a interpretar que o empreendimento dos *Subaltern Studies* carece de legitimidade política desde o início por não atribuir, segundo sua leitura, a relevância necessária à “constituição heterogênea da subjetividade feminina”. Tal conclusão de Spivak se estende ainda para a consideração de que os historiadores do projeto em questão deixam de enfatizar a heterogeneidade da constituição da própria consciência subalterna em geral.

Como já lembrado anteriormente, Spivak segue uma linha de raciocínio tributária do pós-estruturalismo, em que examina os limites das relações de opressão e exploração entre empreendimento colonial e população subalterna autóctone, desdobrando daí novas relações de opressão e exploração internamente a cada um dos sujeitos opostos na macrorrelação anterior. A partir dessa operação, Spivak destaca as relações de opressão sexista no interior das comunidades autóctones subalternas e chama a atenção para o descuido dos *Subaltern Studies* em relação a elas.

Penso que o problema dessa crucial lacuna poderia ser resolvido pelos historiadores e pelas iniciativas políticas filiadas a essa historiografia como, de resto, procuram fazer cada vez mais os movimentos anticapitalistas e anti-imperialistas pelo mundo. Porém, a armadilha do pós-estruturalismo assumido por Spivak se encontra

na centralidade permanente conferida aos limites, contradições e fraquezas de qualquer iniciativa política que se proponha como estratégia a ser construída a longo prazo. Não que tais fraquezas e contradições não estejam o tempo todo presentes, por óbvio. Em vez, no entanto, de uma visada dialética, que enxerga a autossuperação como possibilidade de tais conflitos, Spivak lança um olhar de ceticismo reiterado, de denúncia permanente dos vícios políticos e ideológicos que se reforçariam entre dominantes e dominados. Fica-se com a impressão, enfim, da sugestão de impossibilidade da emancipação anticolonial e anticapitalista aventada pelos *Subaltern Studies*. Os subalternos, finalmente, não podem mesmo falar.¹⁴

Considerações finais

O objetivo deste artigo foi apresentar a utilização do conceito de grupos subalternos de Antonio Gramsci pelos dois expoentes principais dos *Subaltern Studies* indianos, o historiador Ranajit Guha e a crítica literária Gayatri Chakravorty Spivak. Primeiro, foram apresentados os pressupostos centrais da elaboração gramsciana do conceito de subalternos. Em seguida, demonstrou-se a assimilação do conceito de classes e grupos subalternos pelo historiador marxista indiano Ranajit Guha, fundador dos *Subaltern Studies* na década de 1980. Também foi feita a crítica da forma epistemologicamente pouco rigorosa com que Spivak se apropria do termo gramsciano ao elaborar um giro pós-estruturalista em seu emprego e alterando seu significado, significado este originalmente forjado pela reflexão marxista de Antonio Gramsci. Minha conclusão é que, no universo teórico dos *Subaltern Studies*, Guha se apropria do conceito gramsciano de forma epistemologicamente mais fiel a seus pressupostos marxistas originais e acaba por se tornar um contraponto teórico à viragem pós-estruturalista empreendida por Spivak no projeto original designado por Guha. Ainda resta a plausível questão: pôde-se atribuir a Spivak uma eventual “distorção” do texto gramsciano? Afinal, não se trataria apenas de uma livre inspiração em Gramsci por parte da autora, que por sua vez teria toda a legitimidade e a liberdade intelectuais para concluir suas reflexões sobre a subalternidade de forma diferente, contrastante à do marxista sardo? Pode-se, claro, responder afirmativamente a essa questão. Porém, a assimilação do conceito gramsciano pelo raciocínio pós-estruturalista da autora e a deliberada dissolução desse conceito em pressupostos pós-modernos também nos autoriza a menear o combate de ideias pela demonstração objetiva de que o conceito de grupos subalternos tem origem e se arrima em matriz marxista, que seu significado integral diz respeito à luta de classes anticapitalista e que seus “efeitos” não se prestam a acomodações pós-modernas politicamente esparsas e pusilânimes – quando não omissas – nem a “performances” do *main stream* acadêmico.

Referências

- BIANCHI, Alvaro. O laboratório de Gramsci. 2ª ed. Port Alegre: Zouk, 2018.
- COLETIVA Chama. “Apresentação à tradução brasileira”. In: SPIVAK, Gayatri C. Crítica da razão pós-colonial. São Paulo: Politeia, 2022.
- DAL MASO, Juan. O marxismo de Gramsci. Ananindeua, PA: Itacaiúnas, 2019.
- DEL ROIO, Marcos. Gramsci e a emancipação do subalterno. Rev. Sociol. Polít., Curitiba, n. 29, nov., 2007, p. 63-78.
- FROSINI, Fabio. “A ‘história integral’ desde a perspectiva dos subalternos: contribuição para uma teoria marxista da história”. Crítica Marxista, n. 37, 2013, p. 27-46.
- GÓES, Camila. Existe um pensamento político subalterno? Um estudo sobre os *Subaltern Studies* 1982-2000. São Paulo: Alameda, 2018
- GRAMSCI, Antonio. Lettere dal cárcere (1926-1937) – Edizione elettronica a cura dell’International Gramsci Society, s.d.
- GRAMSCI, Antonio. Quaderni del carcere. Torino: Einaudi, 2001.

14 Spivak, no entanto, revê essa afirmação em trabalho posterior. (Spivak, 2022, p. 359) A autora assume a sentença como fruto de seu “desespero” ao constatar a falência, em uma mesma família indiana, da tentativa das mulheres de se expressarem em “não mais que cinquenta anos”. (Spivak, 2022, p. 360) De toda forma, na continuidade de seus trabalhos, essa espécie de mea culpa não parece ter efeitos substanciais no pressuposto anterior.

- GRAMSCI, Antonio. Selections from the prison notebooks. Trad. Ed. Q. Hoare and G. Nowell Smith. New York: International Publishers, 1971.
- GREEN, Marcus E. "Rethinking the subaltern and the question of censorship in Gramsci's Prison Notebooks". *Postcolonial Studies*, v. 14, n. 4, 2011.
- GREEN, Marcus. E. "Sul concetto gramsciano di 'subalterno'". In: VACCA, G.; SCHIRRU, G. (orgs.). *Studi gramsciani nel mondo (2000-2005)*. Bologna: Mulino, 2007, p. 199-232.
- GUHA, Ranajit. "A proposito di alcuni aspetti della storiografia dell'India coloniale". In: GUHA, Ranajit; SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Subaltern Studies: modernità e (post)colonialismo*. Traduzione dall'inglese di Gaia Giuliani. Verona: Ombre Corte, 2002, p. 31-42.
- GUHA, Ranajit. "La prosa della contro-insurrezione". In: GUHA, Ranajit; SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Subaltern Studies: Modernità e (post)colonialismo*. Traduzione dall'inglese di Gaia Giuliani. Verona: Ombre Corte, 2002, p. 43-102.
- GUHA, Ranajit. "Prefazione al primo volume dei Subaltern Studies". In: GUHA, Ranajit; SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Subaltern Studies: Modernità e (post)colonialismo*. Traduzione dall'inglese di Gaia Giuliani. Verona: Ombre Corte, 2002, p. 29.
- LIGUORI, Guido. "O uso do termo 'subalternos' em Gramsci e na atualidade". In: DEL ROIO, Marcos (org.). *Gramsci: periferia e subalternidade*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: 2017, p. 23-39.
- MARX, Karl. *O 18 de brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MEZZADRA, Sandro. "Presentazione". In: GUHA, Ranajit; SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Subaltern Studies: Modernità e (post)colonialismo*. Traduzione dall'inglese di Gaia Giuliani. Verona: Ombre Corte, 2002, p. 7-19.
- QUIJANO, Aníbal. "Colonialidade do poder e classificação social". In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (orgs.). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Edições Almedina, 2009, p. 73-118.
- QUIJANO, Aníbal. "Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina". In: LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005, pp. 117-142.
- SAID, Edward. "Introduzione". In: GUHA, Ranajit; SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Subaltern Studies: Modernità e (post)colonialismo*. Traduzione dall'inglese di Gaia Giuliani. Verona: Ombre Corte, 2002, p. 19-28.
- SECCO, Lincoln. "Prefácio". In: DEL ROIO, Marcos (org.). *Gramsci: periferia e subalternidade*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017, p. 15-22.
- SIQUEIRA, Mirele H. *Classes e grupos subalternos em Antonio Gramsci*. Rio de Janeiro: Mórula, 2024.
- SPIVAK, Gayatri C. *Crítica da razão pós-colonial*. São Paulo: Politeia, 2022.
- SPIVAK, Gayatri C. *An aesthetic education in the era of globalization*. Cambridge: Harvard University Press, 2012.
- SPIVAK, Gayatri C. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010.
- SPIVAK, Gayatri C. "Subaltern Studies: decostruire la storiografia". In: GUHA, Ranajit; SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Subaltern Studies: Modernità e (post)colonialismo*. Traduzione dall'inglese di Gaia Giuliani. Verona: Ombre Corte, 2002, p. 103-143.
- SPIVAK, Gayatri C. *A critique of postcolonial reason: toward a history of the vanishing present*. Cambridge (Ma): Harvard University Press, 1999.
- SPIVAK, Gayatri C. *The Spivak reader*. London, New York: Routledge, 1996.
- SPIVAK, Gayatri C. *The post-colonial critic: interviews, strategies, dialogues* - Edited by Sarah Harasym. New York: Routledge, 1990.
- THOMAS, Peter. *Refiguring the Subaltern*. *Political Theory*, v. 46, n. 6, dez, 2018, p. 861-884.
- WILLIAMS, James. *Pós-estruturalismo*. Tradução de Caio Liudvik. Petrópolis: Vozes, 2013.

Recebido em 9 de novembro de 2025

Aprovado em 29 de abril de 2026